



Ocupações por moradia em São Paulo: perfil socioeconômico dos moradores na periferia e centro

Autores:

Iara Franco Schiavi - UFABC - iara.schiavi@gmail.com

Gerardo Alberto Silva - UFABC - gerardo.silva@ufabc.edu.br

Miriam Francisca Rodrigues Couto - UFABC - couto.mfr@gmail.com

Resumo:

O artigo propõe-se a realizar uma análise comparativa entre duas ocupações de moradia, a Ocupação Mauá (MMLJ), na região central da cidade de São Paulo, e a Caguassú Leste (MSTC), na periferia do município, com o objetivo de compreender as principais diferenças entre elas, semelhança principalmente quanto ao perfil socioeconômico dos moradores e sua inserção na cidade. A metodologia da pesquisa inclui um levantamento histórico sobre as ocupações de moradia e a situação da habitação na cidade de São Paulo. Utilizou-se ainda dados oficiais para contextualizar a condição da moradia no município e o direito à cidade. Foram aplicados questionários qualitativos para identificar o perfil dos moradores de cada ocupação e as condições socioeconômicas. Conclui-se que o centro apresenta uma melhor infraestrutura às famílias, o que resulta em uma renda maior. Na periferia destaca-se um maior apego à região, fruto da construção de uma identidade territorial positiva.

OCUPAÇÕES POR MORADIA EM SÃO PAULO

perfil socioeconômico dos moradores na periferia e centro

INTRODUÇÃO

O Brasil possui um déficit habitacional de 6,355 milhões de unidades, segundo o levantamento de 2015 realizado pela Fundação João Pinheiro¹. Apesar disso, o mesmo estudo indica que o país possui 7.906.767 imóveis vagos. Isso significa que o déficit habitacional é inferior ao número de imóveis vagos, o que demonstra uma intensa crise no setor de moradia e que faz com que o Brasil tenha um dos maiores déficits habitacionais do mundo (Boulos, 2015). Devido à ausência de políticas efetivas e soluções de moradia, uma parcela significativa adere a soluções irregulares, e em alguns casos ilegais, de habitação. Entre essas práticas destaca-se atualmente as ocupações organizadas por moradia, foco dessa pesquisa².

Apesar do difícil mapeamento do número exato de ocupações por moradia na cidade de São Paulo devido à pulverização de movimentos, que somava 162, em 2018, de acordo com levantamento realizado pelo jornal Estadão³, reportagem da Rede Brasil Atual⁴, em 2015, identificou-se a existência de cerca de cem ocupações no município, considerando terrenos e imóveis ociosos. Destaca-se que a estrutura dessas ocupações geralmente inclui a opção por terrenos nas periferias da cidade e a ocupações de imóveis nas áreas mais centrais. Dado esse fator característico, neste trabalho será realizada uma análise dessas duas modalidades ocupacionais, visto a ausência de pesquisas que adotem uma avaliação de ambos os cenários.

Para realização dessa análise considerou-se como periferia a definição apresentada por Bonduki e Rolnik (1982), para os quais as periferias são as “parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial” (p. 147). A composição da renda diferencial é variada e inclui os fatores físicos e de localização de um determinado ponto. Entre esses critérios, o fator distância é apenas um deles, uma vez que se utiliza uma série de critérios

¹ Disponível em < <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/785-serie-estatistica-e-informacoes-n06-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file>>. Acesso em 15 abr. 2018

² Pesquisa realizada como dissertação de mestrado.

³ Disponível em < <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,162-movimentos-disputam-lugar-na-fila-de-moradia-popular-da-capital-paulista,70002296494>>. Acesso 30 mai. 2018.

⁴ Disponível em < <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/09/sao-paulo-tem-deficit-de-230-mil-moradias-4913.html>>. Acesso em 23 jun. 2017

conjuntos. Para os autores, no entanto, a periferia será, “por excelência, o local de habitação dos trabalhadores” (Bonduki e Rolnik, 1982, p. 148). A adoção dessa perspectiva exclui o entendimento de que é possível que haja uma “periferia no centro”, visto que essa região da cidade sempre terá uma renda diferencial elevada, mesmo que uma parcela – sempre reduzida – dos trabalhos consiga habitá-la. Como destacado pelos autores, a periferia é a região majoritária de habitação da classe trabalhadora, mas não exclusiva.

Destaca-se que o processo de periferização da classe trabalhadora tem início com o advento do transporte sobre rodas (Villaça, 2001) e intensifica-se a partir da década de 1940, segundo Bonduki (1994) quando ocorre um processo massivo de expulsão de inquilinos das regiões centrais, afetando entre 10 a 15% da população de São Paulo entre 1945 e 1948 e iniciando uma crise habitacional no município. A partir desse momento as famílias de baixa renda procuram por alternativas de moradia nas periferias, principalmente no modelo de lotes e autoconstrução, que permitiu, pela primeira vez, que a classe trabalhadora acessasse em massa a casa própria. Verifica-se, portanto, que de acordo com Bonduki (1994) padrão periférico de crescimento foi resultado direto da crise habitacional.

A crise de habitação que atingiu São Paulo durante a década de 40 será a grande mola propulsora do crescimento acelerado desses loteamentos. Enfim, foi a falta de qualquer outra solução habitacional que levou boa parte da população paulista a 'optar' por esta forma de morar baseada no trinômio loteamento periférico/casa própria/autoconstrução, que redundava numa série de sacrifícios e carências a seus habitantes (BONDUKI, 1994, p.124).

Mesmo com a consolidação desse modelo habitacional nas décadas seguintes, ele não foi suficiente para abarcar toda a população no município, sendo que o aluguel permaneceu como uma modalidade comum para classe de baixa renda, ainda que a opção tornou-se a moradia em regiões mais distantes do centro. No entanto, a compra da casa própria ou o aluguel consistiam nas únicas formas de moradia vigentes, considerando um período no qual não eram formuladas políticas públicas habitacionais voltadas para essa população. Essa ausência de alternativas é o que, para Kowarick e Bonduki (1994), explica o surgimento de uma nova modalidade habitacional na década de 1980. As ocupações organizadas mobilizadas em bairros periféricos da cidade.

De acordo com os autores, o momento mais expressivo do movimento nesse período ocorreu em 1987, quando aproximadamente 50 mil famílias ocuparam terrenos e imóveis ociosos, tanto de natureza pública quanto privada. Ainda que esse movimento inicial não tenha permitido a continuidade das famílias nos locais ocupados, proporcionou visibilidade e força para que outras ações semelhantes ocorressem nos anos posteriores Kowarick e Bonduki (1994).

Mais adiante retornaremos com a história desses movimentos, mas inicialmente cabe destacar a relevância desses processos na constituição recente da cidade de São Paulo e na expressiva participação popular em torno dos movimentos de moradia nos últimos anos, que motivam a realização dessa pesquisa. De acordo com Barbosa (2014):

Considerando que os processos de ocupações de imóveis vazios se intensificou nos últimos anos – levando-se em conta também o agravamento do problema habitacional – lideranças dos movimentos de moradia que atuam na região central estimam que ao longo dos últimos 18 anos teriam ocorrido mais de 200 ocupações de edifícios abandonados, nessa região, envolvendo mais de 15 mil famílias, cerca de 60 mil pessoas (p. 67).

O autor considera apenas os envolvidos nas ocupações centrais, o que demonstra que o alcance é bastante superior quando considerados também os moradores das ocupações periféricas desde a realizada em 1987. Esse dado, somado ao déficit habitacional brasileiro, está entre os principais motivadores para que se realizasse essa pesquisa, além disso, verifica-se constantemente uma preferência dos autores pelo estudo do centro ou da periferia, sendo restritos os trabalhos que abordam essas duas realidades. Devido esses aspectos, destaca-se como objetivo central desse artigo apresentar as diferenças e semelhanças mais significativas entre os moradores de ocupações centrais e periféricas. A pergunta central que rege essa análise é: a moradia central apresenta vantagens nos quesitos renda e trabalho mesmo para uma população marginalizada como a que habita as ocupações?

Para realização dessa pesquisa foram selecionadas duas ocupações específicas que funcionam como casos a serem analisados, a ocupação Mauá, no centro da cidade de São Paulo, e a ocupação Caguassú Leste, na periferia da zona leste do município. A metodologia envolveu entrevista qualitativa com os coordenadores de cada ocupação e a aplicação de um questionário quali-quantitativo entre os moradores para identificar convergências e divergências no perfil. Os questionários estruturados eram compostos por 48 perguntas sobre temas variados, como renda e escolaridade, perspectivas sociopolíticas, direito à cidade e convivência na ocupação.

Em cada ocupação identificou-se o número total de famílias e a aplicação do questionário correspondeu a 15% delas, em cada ocupação. A ocupação Mauá, no centro, tinha 237 famílias, motivando a aplicação de 36 questionários. Já a ocupação Caguassú Leste tinha 200 famílias morando no local, levando à aplicação de 30 questionários. A pesquisa foi realizada exclusivamente com pessoas maiores de 18 anos e não houve divisão por gênero no número de participantes, de forma que a seleção foi aleatória, conforme o morador demonstrava interesse em participar da pesquisa e atendia ao critério de idade. Os dados foram coletados em fevereiro de 2018.

Inicialmente será a apresentada a história das ocupações por moradia em São Paulo, contextualizando o surgimento desse movimento no centro e na periferia e também os processos habitacionais anteriores que justificaram esse novo fenômeno. Em seguida serão apresentados os resultados da pesquisa após sistematização dos dados e análise conjunta das informações obtidas a partir das entrevistas com os coordenadores e também a partir dos questionários aplicados junto aos moradores das ocupações estudadas.

HISTÓRIA DAS OCUPAÇÕES POR MORADIA EM SÃO PAULO

Inicialmente, é preciso compreender que o surgimento dos movimentos de moradia organizados em São Paulo foi iniciado na década de 1980. Nesse período, de acordo com Maricato (2015) a política e economia nacional eram fortemente impactadas pelo Consenso de Washington e um viés neoliberal do Estado. Somado a esse fator deve-se destaca que nas duas décadas anteriores houve um investimento público mínimo nas áreas de saneamento, transporte e habitação. Para a autora, esse cenário provocou a “queda brusca no crescimento econômico com aumento do desemprego e à retração do investimento público em políticas sociais” (Maricato, 2015, p. 29). Na década seguinte, essa influencia permaneceu e, de acordo com Amaral (2002) houve um aumento das modalidades informais de habitação. Segundo ela, entre 1994 e 1998 o número de famílias em moradias ocupadas aumentou, indo de 6,20% para 9,16% do total da população do município, o que representou um crescimento de 47,7% em quatro anos. No mesmo intervalo houve outras mudanças na composição da moradia, sendo que as moradias alugadas passaram de 26,40% para 23,98%, as cedidas de 12,20% para 11,19% e as próprias de 55,20% para 55,68%. A habitação em barracos isolados e favelas foi de 5,6% para 8,91%.

Verifica-se, portanto, um maior crescimento na participação de duas modalidades informais, as ocupações e a moradia em favelas, o que demonstra que a provisão habitacional de mercado, como aluguel e compra da casa própria, não estavam atendendo as demandas majoritárias da população. De acordo com Bonduki⁵ o surgimento das ocupações por moradia ocorre de forma semelhante aos movimentos auto gestionários em São Paulo. Ainda que ele destaque que há diferentes na organização e estratégias de luta, os dois fenômenos se dão devido à busca por alternativas pelos movimentos populares às soluções até então presentes no escopo tradicional de demandas até então, como a autoconstrução, cortiços e favelas. Para Amaral (2002):

A partir do final da década de 70, quando o lote urbano da periferia ficou cada vez mais inacessível aos trabalhadores, o número de favelas aumentou de maneira significativa na cidade. De acordo com o censo, em 1991 São Paulo possuía 2,5 mil favelas, totalizando 3 milhões de habitantes, que correspondiam a cerca de 30% da população da cidade naquela época. A falta de registros históricos dos loteamentos clandestinos da cidade dificulta o dimensionamento deste problema ao longo do tempo (p. 13).

Alguns anos antes, entretanto, já se consolidavam no município estratégias de luta organizadas e consistentes. Os moradores de cortiços centrais, por exemplo, estavam iniciando algumas mobilizações desde o final da década de 1970, com algumas vitórias apesar de consistir em iniciativas ainda dispersas, segundo Neuhold (2009). Já no final da

⁵ Em entrevista à Ana Amélia da Silva para Revista Pólis da USP em 14 de junho de 1994. Disponível em <http://www.athis.org.br/wp-content/uploads/2015/10/1994_RevistaPolis-20_EntrevistaNabilBonduki.pdf>. Acesso 29 mai. 2018.

década de 1980 e início dos anos 1990 os movimentos são mais sólidos como a União dos Movimentos de Moradia (UMM), fundada em 1987, visando a reivindicação de moradias nas periferias na capital e a Unificação de Lutas de Cortiços (ULC), fundada em 1991, com foco a região central onde estavam concentrados os cortiços.

Um dos primeiros movimentos que surgiu foi o Movimento dos Quintais da Mooca, em 1984, que reunia moradores de cortiços que reivindicavam melhores condições de moradia naquela região. De acordo com Neuhold (2009) esse movimento foi responsável por articular, entre 1984 e 1985, diversas demandas por habitação popular de qualidade no centro e nas periferias da zona leste. Após as construções pelo modelo de mutirão na periferia, os moradores articulados iniciaram novas demandas, dessa vez por asfalto, escolas, saúde pública e outros serviços e estruturas necessários. É nesse cenário que surge, em 1987, o Movimento Sem-Terra da Região Leste I, que juntamente com o Movimento dos Quintais da Mooca, articulou diversas ocupações de terras nesse período. Entre elas, a ocupação de um terreno abandonado no Jardim Colorado por 50 dias com 800 famílias, a ocupação da Fazenda da Juta por 5 mil famílias e também ocupações de mais de 200 lotes nos distritos de Itaim Paulista e São Miguel por mais de 30 mil famílias (Neuhold, 2009).

Portanto, é nesse cenário de resistências e lutas populares que nascem os primeiros movimentos sociais voltados para a luta pela moradia. De fato, um dos mais importantes deles nesse período foi a UMM, “cujo principal objetivo era organizar diversos e dispersos movimentos que reivindicavam moradia nas periferias da capital paulista e que vinham, havia alguns anos, mobilizando milhares de pessoas em ocupações de terras” (Neuhold, 2009, p. 39). Já na área central, as lutas por moradia atingiram um novo patamar com a criação da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), em 1991, que tinha como objetivo organizar movimentos alinhados com a luta por habitações coletivas no centro, na região sudoeste e parte da zona leste. Ainda em 1991 a ULC já propunha desapropriação de prédios e terrenos e construção de habitações de interesse social como diretriz. Entretanto, divergências internas provocaram a fragmentação do movimento, que nos anos seguintes se dividiu em, ao menos, cinco movimentos distintos elencados por Neuhold (2009):

- Fórum de Cortiços (1993);
- Movimento de Moradia no Centro – MMC (1997);
- Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central – MTSTRC (1998);
- Movimento Sem-Teto do Centro – MSTC (2000);
- Movimento de Moradia Região Centro – MMRC (2003).

Apesar das mobilizações que datavam desde os anos 1980 no centro, apenas em 1997 teve início as ocupações por moradia no centro de São Paulo, com a ocupação de um prédio abandonado da Universidade de São Paulo (USP) por 30 famílias do Fórum de Cortiços, tornando-se esse um marco para os movimentos. Destaca-se, portanto, a centralidade da questão dos cortiços e dos moradores deste tipo de provisão habitacional como precursores do que se tornariam as ocupações centrais. Para Miagusko, “o ato de ocupar embute a ideia de permanência e possibilidade de aquisição do imóvel” (2008, p. 158) a partir dessa ocupação nos sobrados da USP.

Neste cenário, surgiu a ação dos movimentos de moradia e sem-teto no centro de São Paulo, sendo que o objetivo da maior parte dos movimentos era “a permanência das famílias nos imóveis ocupados numa região com serviços constituídos, infraestrutura urbana estabelecida e proximidade do trabalho” (Miagusko, 2008, p. 159). O autor ainda explica que essa nova característica da luta por moradia, que se diferenciava das relacionadas ao período anterior devido à permanência, ocorreu devido à “maior precariedade das condições de vida, vínculos empregatícios mais instáveis, situações de habitação mais liminares e menor experiência associativa” (idem).

Esse novo modelo de articulação da luta fez com que, entre 1997 e 2002, os movimentos sem-teto da região central disputassem influência política a partir do número de ocupações (Miagusko, 2008). A partir de 2002, no entanto, a reflexão sobre essas estratégias fez com que os movimentos se dividissem em duas posições. De acordo com Miagusko (2008), uma parte se articulou em torno da União dos Movimentos de Moradia, na qual a estratégia era de “ocupar os imóveis como forma de pressão política, mas sem permanecer por muito tempo no local, evitando assim a necessidade de gerir a ocupação” (p. 160), e a outra em torno da Frente de Luta por Moradia (FLM), na qual a proposta era de manter “a permanência na ocupação como forma privilegiada de ação dos sem-teto” (idem). Ambos os movimentos estudados nesta pesquisa, o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e o Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ), articulam-se em torno da segunda proposta e são filiados à FLM.

Os movimentos de moradia e sem-teto no centro de São Paulo estão intimamente relacionados com o fortalecimento dos movimentos de encortiçados no centro. De acordo com Braconi (2017), em um primeiro momento os moradores de cortiço não viam com bons olhos as práticas de ocupação de imóveis vazios, pois constituíam uma suposta infração da lei e alegado desrespeito à propriedade privada. Como primeira estratégia, portanto, o movimento foi responsável por dar visibilidade e fortalecer a identidade enquanto grupo, para que se compreendesse que a moradia constituía em um direito, ressaltando que as condições insalubres dos cortiços para as quais o poder público não olhava deviam ser contestadas por esses moradores até então invisíveis. Foi esse movimento de fortalecimento da base que possibilitou as primeiras ocupações centrais, visto que os moradores de cortiços no centro não queriam sair dessa região da cidade e enfrentavam, cada vez mais, despejos e encarecimentos dos aluguéis.

Em 1997 ocorreram então as primeiras ocupações no centro. No dia 8 de março foi organizada pelo Fórum de Cortiços a ocupação do “casarão Santos Dumont”, na região de Campos Elísios, no distrito central de Santa Cecília. De acordo com Braconi (2017) essa ocupação durou cerca de cinco anos e foi fundamental para fortalecer o Fórum de Cortiços, com a estratégia de ocupar e residir em imóveis ociosos no centro de São Paulo. Já no dia 2 de abril ocorreu a ocupação dos prédios da USP, citada anteriormente, com cerca de 100 pessoas, organizadas pelo Fórum de Cortiços, que tinham sido despejadas de um cortiço na Rua Tomás de Lima, na Sé (Neuhold, 2009). A negociação permitiu que as famílias continuassem no local com o pagamento de aluguel no valor de R\$ 50,00. Ainda no ano de 1997 o imóvel da USP foi comprado pelo governo do Estado e em 2003 foi entregue para as famílias 28 unidades habitacionais reformadas. Esse foi apenas o início do que seria uma luta permanente pela moradia popular no centro de São Paulo. Para Neuhold (2009)

A novidade das ocupações na área central a partir de 1997 estava no fato de constituírem ações coordenadas, organizadas e contínuas, com uma pauta de reivindicações pré-definidas, e com uma rede de apoiadores que produziram ou consolidaram “discursos” sobre o direito da população de baixa renda habitar uma área consolidada da cidade (p. 51).

De acordo com a autora, o cenário que propiciou o surgimento e consolidação dos movimentos por moradia e sem-teto nessa região foi a soma do grande número de imóveis ociosos no centro de São Paulo com o lento avanço de políticas públicas em prol da moradia para pessoas de baixa renda nessa área do município. Portanto, para Neuhold (2009), os movimentos foram importantes na medida em que “denunciavam, por um lado, a grande quantidade de imóveis ociosos existentes na região e exigiam o cumprimento da função social da propriedade urbana e da própria cidade” (p. 50) ao mesmo tempo em que “demandavam ‘moradia digna’ e subsídios financeiros para assegurar o acesso das famílias de baixa renda aos programas habitacionais” (idem).

Nos anos seguintes houve o fortalecimento desses movimentos. Segundo dados levantados por Neuhold (2009), ainda no ano de 1997 foram cinco ocupações de imóveis ociosos no centro, em 1998 foram três e em 1999 ocorreram 17. Em 2000 o número caiu para uma ocupação, mas muitas das anteriores ainda estavam ativas e, assim, incluíam a gestão e coordenação dos locais ocupados. Nesse ano, as lideranças do Fórum de Cortiços começaram a divergir sobre as estratégias de luta, o que fez com que ocorresse uma ruptura em 2000 que resultou na criação do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), que absorveu muitas das ocupações em andamento do Fórum e tornou-se gestor desses locais. Para Braconi (2017):

o Movimento Sem-Teto do Centro surgiu com o conhecimento acumulado da estratégia de ocupação nas lutas efetuadas no movimento que deu sua origem, o que impactou diretamente na capacidade de aglutinação e mobilização de base, tornando-o um agente social relevante para a luta na região central (p. 46).

Com isso o MSTC esteve entre os movimentos mais atuantes no centro de São Paulo, sendo responsável por 20 novas ocupações entre o ano de fundação e 2007, de acordo com Neuhold (2009). No total foram 72 ocupações durante os anos de 1997 e 2007, Entre os imóveis ocupados entre esses anos destaca-se que 33 eram públicos, 31 privados e a informação não era conhecida de oito deles (Neuhold, 2009). A nova visibilidade alcançada pelos movimentos durante o final dos anos 1990 e início dos 2000 fez com que o centro de São Paulo se tornasse área de disputa, com os movimentos de moradia tornando-se protagonistas da luta por moradia popular na central. Para Maricato (2015):

O centro de São Paulo constitui uma região privilegiada em relação ao resto da cidade. Trata-se do ponto de maior mobilidade da metrópole, com seu entroncamento rodometroferroviário. A partir dali, pode-se acessar qualquer ponto da cidade, o que constitui uma característica ímpar se levarmos em conta a situação dos transportes coletivos. Trata-se ainda do local de maior oferta de emprego na região metropolitana. [...] Trata-se de

um patrimônio social já amortizado por décadas de investimento público e privado. A disputa irá definir quem vai se apropriar desse ativo urbano e com que finalidade (p. 61).

Portanto, a região central torna-se palco da disputa de diferentes agentes, como o poder público, movimentos sociais e mercado, com interesses muitas vezes distintos e, inclusive, contraditórios. No início dos anos 2000, o plano de governo de Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (2001-2004), contemplava diversas pautas do movimento de moradia e levou para gabinetes de vereadores do PT lideranças dos movimentos filiados à UMM. Nesse contexto, as reivindicações se voltaram às esferas estadual e federal. A UMM não realizou novas ocupações em 2001, mas realizou duas em 2002 e em 2003 optou por não fazer ocupações, afirmando ter outros canais pelos quais negociava com o governo (Neuhold, 2009). Movimentos como o MSTC e o MTSTRC, entretanto, não compartilhavam desse posicionamento e realizaram quatro ocupações conjuntas em uma ‘megaocupação’ no centro, que mobilizou mais de 3 mil pessoas. Enquanto essa foi a primeira ação em grande escala que não teve participação da UMM, o MSTC e o MTSTRC demonstravam insatisfação com as novas diretrizes da União. Em 2004 foi realizada mais uma série de ocupações no centro, com destaque para as ações articuladas entre MSTC e MTSTRC.

Nessas últimas ocupações, o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) já havia rompido definitivamente com a União dos Movimentos de Moradia (UMM), formando, em conjunto com outros dois movimentos de sem-teto do centro – o Movimento de Moradia Região Centro (MMRC) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC) – e de outras regiões da cidade a Frente de Luta pela Moradia (FLM). Esta, do mesmo modo que a União dos Movimentos de Moradia (UMM), transformou-se em uma ‘entidade’ aglutinadora de uma série de movimentos populares que estruturavam duas demandas em torno do direito à moradia (NEUHOLD, 2009, p. 63).

De acordo com o que consta do endereço eletrônico oficial da FLM, “em fevereiro de 2004, os movimentos oficializam a articulação e organizam o primeiro encontro da Frente de Luta por Moradia, em Ribeirão Pires. Até o final do mesmo ano novos processos de ocupações foram articulados”⁶. Os coordenadores do MSTC foram também fundadores da FLM, frente na qual o movimento se articula até os dias atuais. Para os coordenadores da UMM, entrevistados por Neuhold (2009), as ocupações davam continuidade para as condições precárias dos cortiços e desarticulavam o movimento, pois só havia visibilidade no ato de ocupar e desocupar, sendo a fase de gestão das ocupações, que era bastante desgastante, invisível. O posicionamento era de que outros canais de negociação foram conquistados ao longo da década de 1990 e 2000. “Foi nesse contexto que se elaborou a proposta de organização apenas do que os movimentos chamam de ‘ocupações-denúncia’ ou ‘ocupações-relâmpago’, sem pretensão de alojar as famílias nos imóveis ocupados” (Neuhold, 2009, p. 91). Esse posicionamento, entretanto, não foi consenso entre os movimentos e foi o que motivou a criação da FLM. Segundo relatos de coordenadoras do MSTC ouvidos por Neuhold (2009) a motivação foi outra para que a UMM deixasse de se articular em torno das ocupações para morar.

⁶ Disponível em < <http://www.portalfm.com.br/luta-historico/> >. Acesso em 7 abr. 2018.

A mudança coincidiu com o momento em que lideranças dos movimentos de moradia foram trabalhar em gabinetes de parlamentares e/ou quando aceitaram cargos no governo. Teriam, assim, perdido autonomia de organizar protestos e de fazer pressão para negociar por meio de outros canais (NEUHOLD, 2009, p. 92).

A diferença do posicionamento dos movimentos se mantém até os dias atuais, ainda que a FLM tenha usado já em 2005 a estratégia de ocupar imóveis com o objetivo de negociar com o poder público e desocupou em seguida, conforme avançou nas negociações de ter os movimentos atendidos pelos programas habitacionais (Neuhold, 2009). Apesar das diretrizes e formas de luta distintas, tanto a FLM quanto a UMM têm pautas e demandas comuns relacionadas à conquista de moradias dignas para pessoas de baixa renda na região central e em outras áreas.

De acordo com Braconi (2017), o Movimento por Moradia na Luta por Justiça (MMLJ) é uma dissidência do MSTC que ocorreu em 2010, com a liderança da militante Ivanete Araújo, conhecida como Neti. Quando ainda participava do MSTC, Neti esteve à frente das ocupações dos edifícios Prestes Maia e Mauá. O edifício Prestes Maia foi ocupado pela primeira vez em 2002 e permaneceu até 2007, quando foi desocupado. A segunda ocupação ocorreu em 2010 com a liderança da Neti e dura até os dias atuais, tendo aproximadamente 800 famílias. Já o edifício Mauá foi ocupado em 2007 e permanece ativo. Quando houve a ruptura, as duas ocupações realizadas com a liderança da Neti permaneceram sob essa liderança, mas agora ligadas ao MMLJ. O movimento, assim como o MSTC, também é filiado à FLM e adota uma estratégia de luta que se baseia na ocupação enquanto possibilidade de moradia para as famílias. Apesar do surgimento e engajamento no centro, o MSTC também articula ocupações em outras localidades da região metropolitana de São Paulo.

ANÁLISE DE DADOS: OCUPAÇÃO MAUÁ E CAGUASSÚ LESTE

A Ocupação Mauá está localizada na Rua Mauá, região da Luz, no centro de São Paulo, entre os números 342 e 360. O prédio foi ocupado pela primeira vez em 2003 pelo MSTC, mas uma reintegração de posse fez com que a ocupação durasse menos de dois meses, de acordo com o Dossiê FLM (2013)⁷. Uma nova ocupação ocorreu em 2007, dessa vez liderada por três movimentos articulados, o MSTC, o MMRC e a ASTC-SP e está em funcionamento até os dias atuais. De acordo com entrevista realizada com José de Anchieta Rocha Junior⁸, coordenador do MMLJ, movimento que está à frente da Ocupação Mauá desde 2010, após dissidência do MSTC, atualmente vivem na ocupação 237 famílias, com uma estimativa aproximada de 900 moradores, de acordo com o coordenador. Ainda com informações do Dossiê FLM, o prédio foi construído em 1960, com uma área construída de 5.600m², no qual funcionou o hotel Santos Dumont, desativado na década de 1970.

⁷ Disponível em <<https://projetomaua340.wordpress.com/tag/dossie/>>. Acesso em 08 mai. 2018.

⁸ Entrevista realizada no dia 14/02/2018 na Ocupação Mauá em São Paulo.

Após nove tentativas de reintegração de posse nos últimos 11 anos, a Ocupação Mauá conseguiu, em dezembro de 2017, que o prédio fosse comprado pela prefeitura e destinado para Habitação de Interesse Social (HIS), havendo grande mobilização interna e social para que essa conquista fosse possível. A compra do prédio por R\$ 21 milhões ocorreu em 12 de dezembro após negociações entre a prefeitura e a família proprietária do prédio que acumulava débitos de R\$ 2,9 milhões em Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de acordo com reportagem do UOL⁹. Após a compra, o prédio será reformado e espera-se executar um projeto que resulte em 160 apartamentos, de acordo com Junior. Nesse caso, o coordenador destaca que haverá a necessidade de realocar algumas famílias em outras ocupações no centro ou no grupo de base, de acordo com a participação no movimento e na ocupação. Esse sistema funciona desde que a ocupação foi realizada em 2007, sendo que determinadas atividades geram uma pontuação que será o critério usado para definir quais famílias serão alocadas no prédio após a requalificação do espaço que ainda não teve início, explica ele. A pontuação ocorre por atividades variadas, como participação em assembleias, cumprimento da agenda de limpeza, frequência em atos convocados pelo movimento, dentre outras responsabilidades. Estima-se que quase 80 famílias tenham que ser realocadas nesse processo.

O coordenador explicou como funciona a organização na ocupação. O prédio possui seis andares, sendo que cada andar tem um coordenador responsável pela organização e demandas dos moradores. Problemas mais graves são levados à coordenação geral ou discutidos em assembleia dos moradores que ocorrem, normalmente, uma vez por mês. Em casos excepcionais, assembleias de emergência são convocadas. O processo para ir morar em ocupações do movimento inclui participação no grupo de base no qual o interessado conhece quais são os direitos e deveres relacionados à luta por moradia. Para manter-se na ocupação é solicitada uma contribuição mensal de R\$ 180 reais mais uma taxa de limpeza de R\$ 20 reais. Atitudes contrárias às regras do prédio são punidas com multa ou expulsão, dependendo da gravidade e reincidência do ocorrido.

Usando dados do questionário aplicado e informações coletadas nas visitas, pode-se afirmar que os apartamentos do edifício podem ser de duas metragens, 2x2m² ou 2x3m², sendo que algumas famílias têm dois ou três espaços. Os banheiros são de uso coletivo no andar. Em todas as moradias a coleta de lixo é realizada ao menos uma vez por semana, a energia elétrica é informal e o esgoto interligado à rede formal; e apenas um entrevistado relatou ter TV a cabo instalada na residência. A maioria são mulheres, fazendo com que na pesquisa a participação feminina seja de 77,8% e masculina de apenas 22,2%, mas deve-se destacar que foram entrevistados apenas moradores que se voluntariaram para participar. O entrevistado mais novo tem 18 anos, enquanto o mais velho 76, mostrando a diversidade de moradores que habitam no local. A autodeclaração mostrou que 55,6% dos entrevistados se autodeclararam pardos, 27,8% brancos, 13,9% negros e 2,8% não quiseram declarar. A maioria dos moradores, 52,8% se declarou solteira, enquanto 36,1% afirmaram serem 'amigados' (essa opção foi inserida, pois contemplava muitos moradores que têm relações estáveis, mas sem registro civil); 11,2% são viúvos, casados no civil ou separados (que mantêm o registro civil como casado). Na amostra 72,2% das pessoas afirmaram morar em um único cômodo,

⁹ Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/12/13/prefeitura-de-sp-compra-predio-ocupado-ha-10-anos-por-r-20-mi-e-local-vai-ser-moradia-popular.htm>>. Acesso em 8 mai. 2018.

16,7% em dois cômodos e 11,1% em três cômodos. Já na questão referente à densidade familiar, 47,2% afirmaram que de duas a três pessoas moram na casa, 30,6% afirmaram ser de três a quatro pessoas e 22,2% relataram que moram sozinhas, o que indica uma presença significativa de pessoas morando sozinhas nessa ocupação.

A ocupação Caguassú Leste, na zona leste de São Paulo, distrito de Itaquera, é organizada em um terreno de 28,8 mil m² pelo MSTC e foi ocupada em agosto de 2015, na altura do número 1630 na Rua André de Almeida, São Mateus. Atualmente o local abriga aproximadamente 200 famílias em lotes individuais de 5x15m², nos quais cada família é responsável pela construção da própria moradia. Para essa pesquisa foram aplicados 30 questionários socioeconômicos, o que representa uma amostra de 15% do total de famílias e também 15% do total de indivíduos. A aplicação ocorreu em fevereiro de 2018, sendo que as informações obtidas referem-se ao momento no qual os questionários foram aplicados. O terreno encontra-se em disputa judicial, com duas entidades privadas tendo reclamado a posse o local que, inicialmente, acreditava-se pertencer a Gold Colômbia Empreendimentos Imobiliários. Apesar de não ter dívidas de IPTU, o local estava sem cumprir nenhuma função social, visto que estava desocupado e, de acordo com a atual coordenadora da ocupação, Rosicler Bento de Lima¹⁰, conhecida entre os moradores como Rose, era usado como refúgio de indivíduos que cometiam pequenos delitos na comunidade, o que tornava a região mais insegura. Atualmente, a ocupação está enfrentando a quarta reintegração de posse, emitida pelo Fórum de Itaquera e ainda sem data marcada.

A organização da ocupação é diferente da central devido às particularidades entre ocupar terrenos e prédios. Nas ocupações de terreno na periferia cada família alocada deve construir a própria moradia desde o início, o que muitas vezes significa ajuda comunitária, mas nem sempre. No levantamento realizado, 23,3% dos entrevistados afirmaram morar em casa de alvenaria, enquanto a maioria, 76,7% ainda moram em barracos de madeira devido ao receio de investir recursos em uma moradia temporária. Devido a esse aspecto muitos moram em habitações bastante precárias. A coordenadora Rose explica que é solicitada uma contribuição mensal de R\$ 100 para as famílias, visando ajudar na manutenção da ocupação, gastos com água, custos de funcionamento, advogados etc. O movimento não recebe nenhum tipo de auxílio financeiro de instituições públicas, sendo a contribuição a forma pela qual é possível manter um caixa e o funcionamento do local. A ocupação conta com um barracão central no qual são realizadas as assembleias, que são mensais, e também no qual a coordenação funciona.

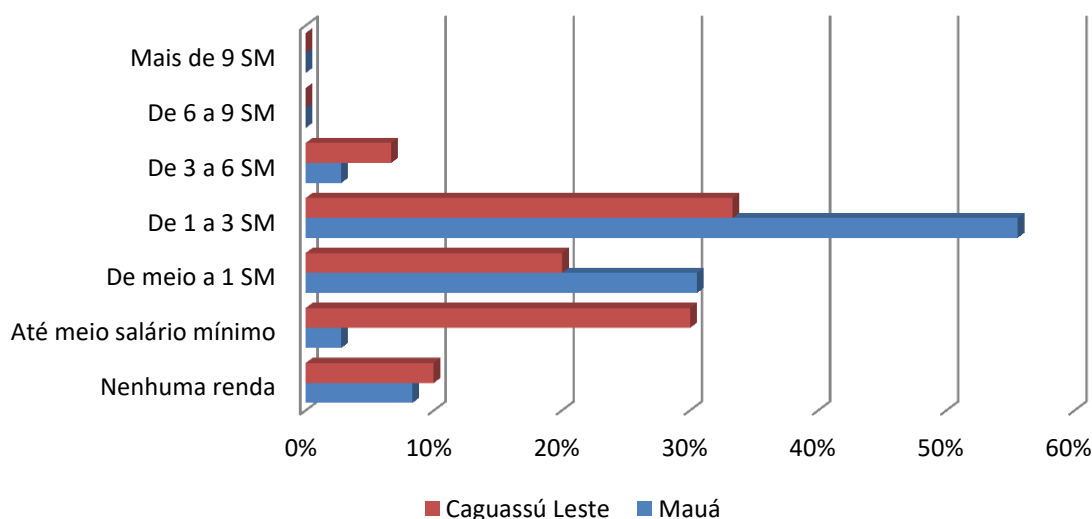
Na pesquisa, 40% dos moradores entrevistados relataram morar em um cômodo, 26,7% em dois cômodos e moradias com três ou quatro ou mais cômodos ficaram ambas com 16,7%. Isso demonstra que na ocupação periférica os moradores têm mais autonomia para decidirem como será a moradia e como ela pode atender as demandas familiares. O local possui coleta de lixo na rua ao menos uma vez por semana, sendo necessário que os moradores levem o lixo até a Rua André de Almeida. Nenhum morador relatou ter telefone fixo, internet em casa ou TV a cabo. Entre os entrevistados 66,7% eram mulheres e 33,3% eram homens.

¹⁰ Entrevista realizada na Ocupação Caguassú Leste em 31 out. 2017.

A divisão etária dos entrevistados foi a seguintes: 5 pessoas entre 18 e 25 anos, 9 entre 26 e 35 anos, 6 entre 36 e 45 anos, 9 entre 46 e 55 anos e 1 acima de 56 anos. Isso demonstra uma participação expressiva de pessoas mais velhas. Na autodeclaração, por sua vez, houve uma predominância de pardos com 60% das respostas, seguido de brancos com 23,3%, pretos com 13,3% e uma pessoa indígena. Assim como no centro, a opção ‘amigado (mora junto)’ para estado civil foi a mais acatada, com 46,7% das respostas, seguida de casados com 33,3%, solteiros correspondem a 13,3% e uma pessoa viúva e uma separada. Essas informações ajudam a traçar um perfil médio dos moradores, que seria de mulheres, maiores de 36 anos, pardas e que moram junto com parceiros.

Para compreender a questão de trabalho e renda nas ocupações por moradia estudadas foram realizadas perguntas relacionadas à renda individual e familiar do entrevistado, se possui Carteira de Trabalho da Previdência Social (CTPS) assinada, jornada de trabalho semanal, número de pessoas com renda fixa na casa, setor no qual trabalha e idade com a qual começou a trabalhar. De acordo com os questionários aplicados, na Ocupação Mauá, 64% dos entrevistados afirmaram que trabalham atualmente (72% considerando aqueles que trabalham no lar), destes 43% possuem registro na CTPS. Enquanto que na Ocupação Caguassú Leste, 50% trabalham (60% considerando aqueles que trabalham no lar); sendo 33% deles com CTPS registrada. Esses números refletem-se na renda individual dos entrevistados: na primeira ocupação, apenas 16,7% dos entrevistados não possuem nenhuma renda; na Caguassú Leste esse índice é de 50% dos entrevistados. Devido à relevância da informação, optou-se por apresentar graficamente apenas a renda familiar. No gráfico apresentado a seguir visualizam-se as diferenças na renda entre as famílias de cada ocupação, sendo que na periferia 60% das famílias ganham até um salário-mínimo, já no centro 42% ganham até um salário-mínimo.

Gráfico 1 – Renda familiar

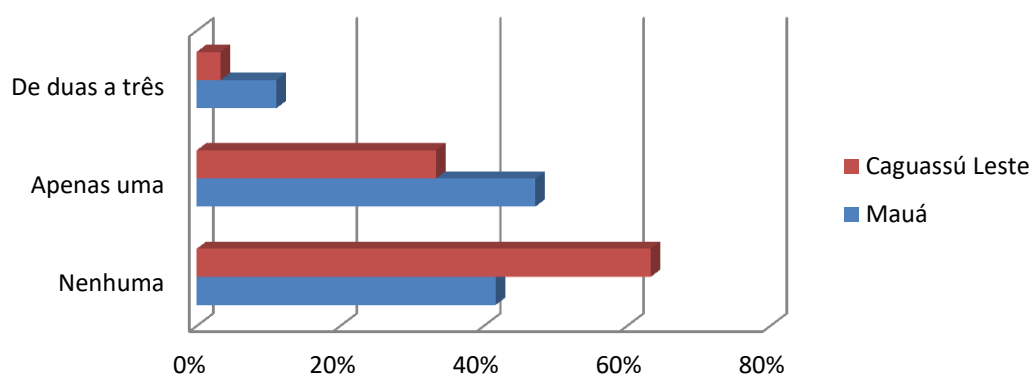


Fonte: elaboração própria.

SM: Salário-mínimo.

Outra pergunta indagada no questionário refere-se ao número de integrantes da família que possuem renda fixa mensal, ou seja, quantos componentes da família tem uma garantia de ter alguma renda no mês, seja por meio de salário, pensão, aposentadoria ou outras. Em nenhuma das ocupações houve relatos de família nas quais mais de quatro integrantes tenham renda fixa mensal. Na Ocupação Mauá, 47% das famílias contam com pelo menos um morador com renda fixa mensal; 42% não possuem nenhuma pessoa com renda fixa e em 11% há entre duas e três pessoas com essa garantia. Já na Ocupação Caguassú, 63% das famílias não possuem nenhum integrante com renda fixa, 33% possuem apenas um e 3% de duas a três pessoas.

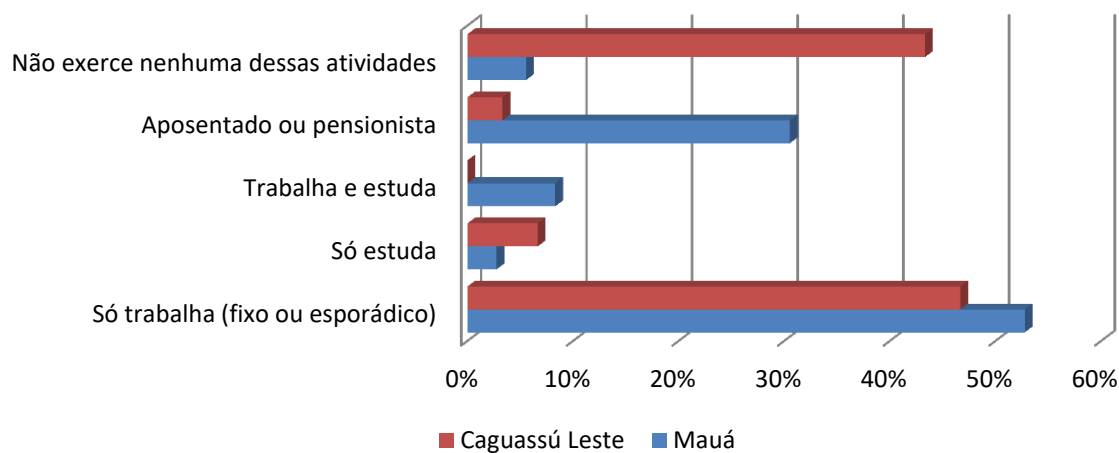
Gráfico 2 - Integrantes da família com renda fixa



Fonte: elaboração própria.

Em seguida, foi perguntado aos moradores de ambas as ocupações quais eram as atividades exercidas atualmente, como trabalho, estudo ou aposentado. Observa-se que a porcentagem de pessoas que trabalham (53%), mantêm as duas atividades (trabalho e estudo) (8%) ou são aposentadas (31%) é significativamente maior na Ocupação Mauá. No caso da Ocupação Caguassú Leste as respostas ficaram divididas principalmente em “só trabalha” (47%) ou “não exerce nenhuma dessas atividades” (43%).

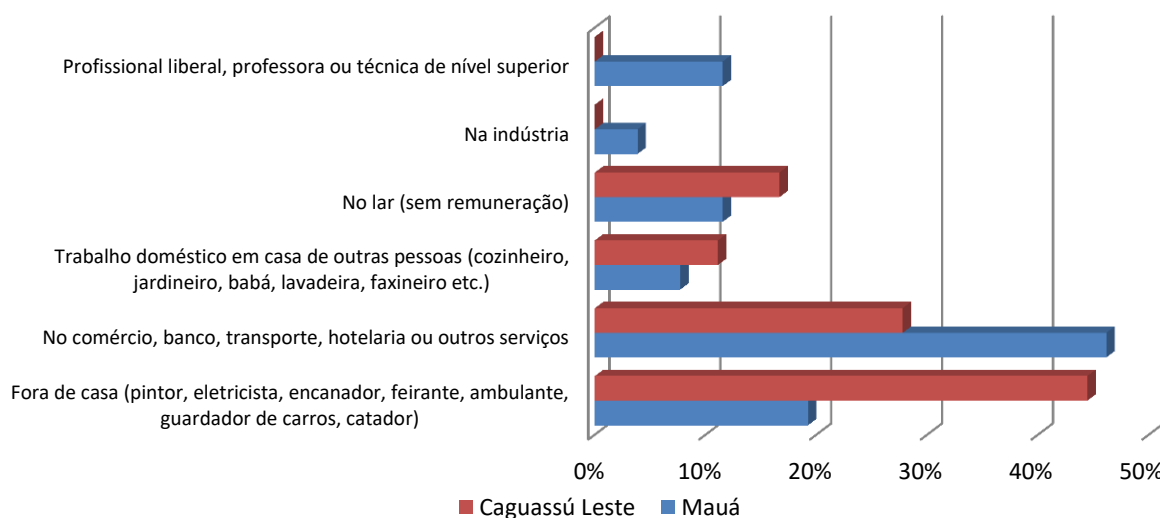
Gráfico 3 – Atividade exercida



Fonte: elaboração própria.

Indagou-se ainda, qual o setor no qual o entrevistado trabalhava. Na exposição estavam incluídas quatro opções que não foram escolhidas por nenhum dos entrevistados, ficando assim de fora da exposição gráfica que segue. São elas “na construção civil”; “como funcionário do governo federal, estadual ou municipal”; “trabalho em minha casa (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.)”; e “na agricultura, no campo ou na pesca”. Observa-se que no centro as atividades dominantes consistem em comércio e serviços em geral (com 46% das respostas) e também na opção “fora de casa”, que inclui ocupações como ambulante, catador de reciclagem, feirante e outros, com 19%. Já na periferia, essa última ocupação é a mais significativa, com 44% das respostas, ainda que a opção “comércio e serviços” também se destaque com 28%.

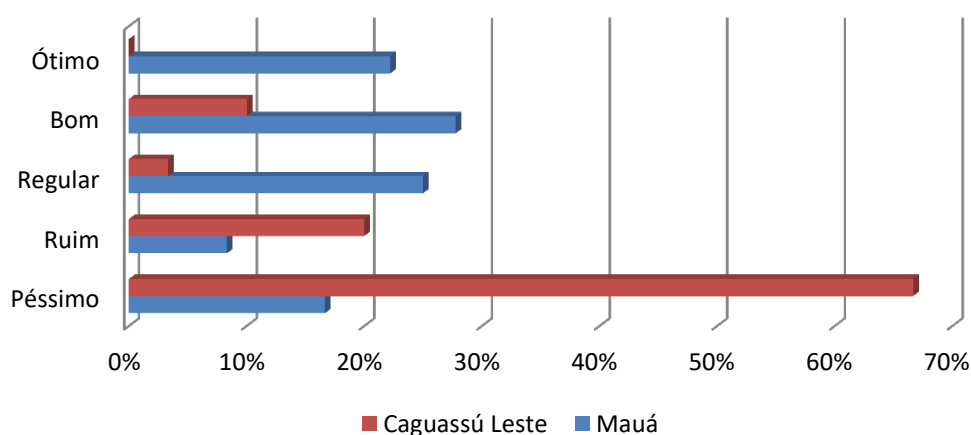
Gráfico 4 – Setor no qual trabalha



Fonte: elaboração própria.

A percepção individual sobre a disponibilidade de trabalho na região na qual mora também foi questionada. No geral, há uma divisão de opiniões principalmente no centro, mas ainda assim 50% consideram a oferta de trabalho “bom” ou “ótimo”. Enquanto na periferia 87% afirmam ser “ruim” ou “péssimo” e ninguém afirmou ser “ótimo”.

Gráfico 5 – Percepção sobre a disponibilidade de trabalho na região em que mora

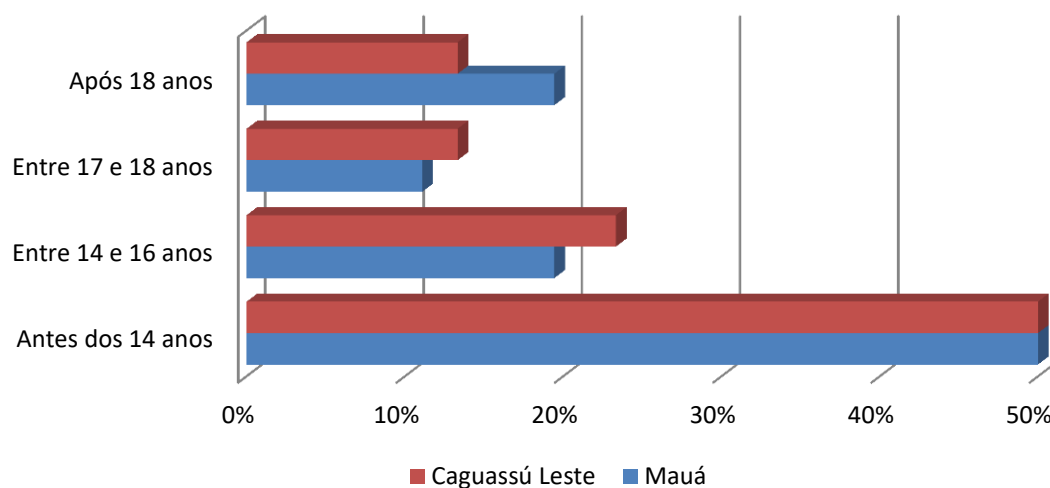


Fonte: elaboração própria.

Um fator determinante para compreender o perfil das pessoas que moram nas ocupações diz respeito à idade com a qual elas começaram a trabalhar. Nesse quesito as

respostas se aproximam muito, com 50% dos entrevistados em ambas as ocupações afirmando que começaram a trabalhar antes dos 14 anos. Nas outras faixas as respostas ainda assemelham-se, na Mauá e na Caguassú, respectivamente, com 19% e 23% entre 14 e 16 anos, 11% e 13% entre 17 e 18 anos e 19% e 13% após os 18 anos.

Gráfico 6 – Idade com que começou a trabalhar

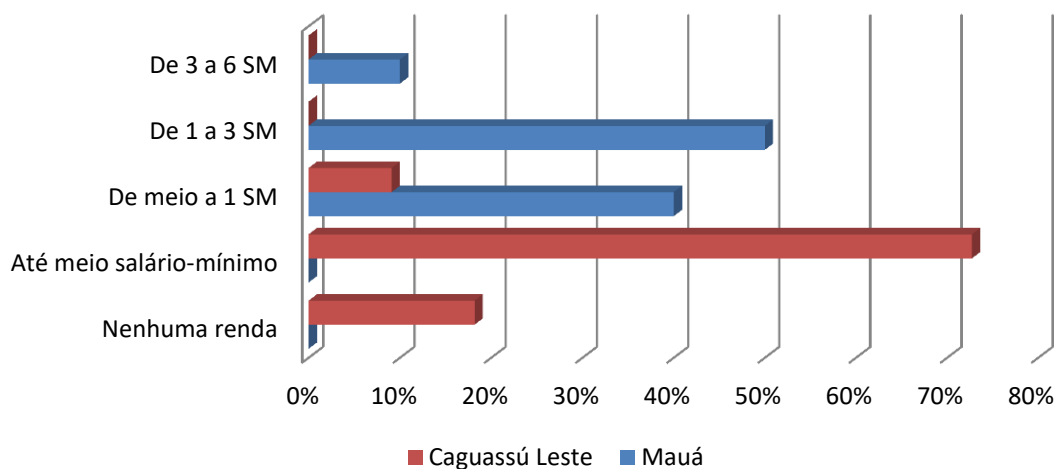


Fonte: elaboração própria.

Os moradores ainda foram questionados sobre o recebimento de benefícios públicos que possam contribuir com a renda familiar. Nesse quesito, apesar de opções como “Renda mínima”; “Renda Cidadã”; “Viva Leite” e outras, as respostas concentraram-se em famílias que não recebem nenhum benefício atualmente, 72% da Ocupação Mauá e 63% na Caguassú Leste, e famílias que recebem o Bolsa-família¹¹, sendo 28% na Mauá e 37% na Caguassú. Foi questionado ainda se a família já recebeu algum benefício público no passado, sendo que na ocupação central 44% nunca receberam e na periferia 40%. Assim, analisamos as famílias que recebem o Bolsa-família atualmente e a renda familiar. Observa-se que na Ocupação Caguassú Leste o benefício impacta a renda principalmente de famílias que não possuem nenhuma outra fonte de renda (18%) ou aquelas que têm renda de até meio salário-mínimo (73%). Já na Ocupação Mauá há uma diferença significativa no perfil das famílias que recebem o auxílio, correspondendo a 40% com renda entre meio e um salário-mínimo, 50% com renda entre 1 e 3 salários-mínimos e 10% com renda entre 3 e 6 salários-mínimos.

¹¹ De acordo com o site do Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelo programa, o Bolsa-família consiste em um programa que visa o combate à pobreza e a desigualdade social no Brasil, tendo sido criado em outubro de 2003. Disponível em < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e> >. Acesso em 25 mai. 2018.

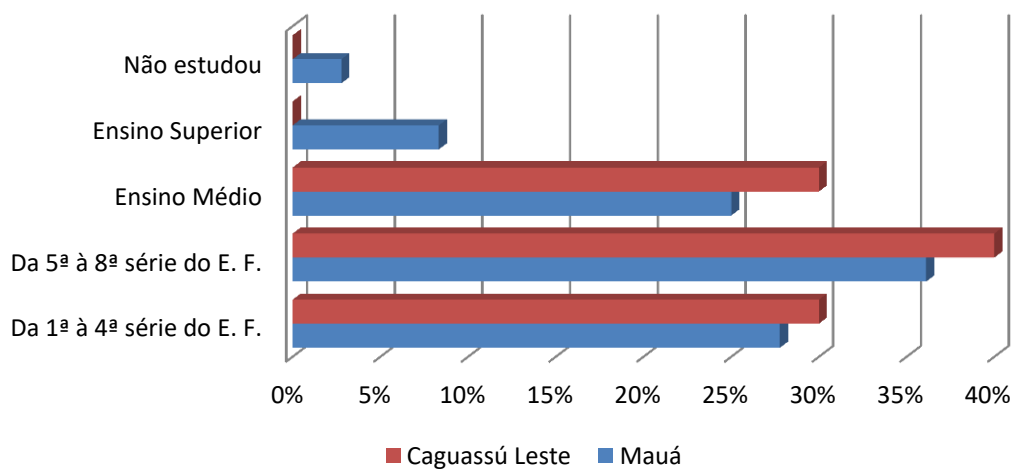
Gráfico 71 – Faixa de renda familiar e bolsa-família



Fonte: elaboração própria.

Para compreender com mais clareza o perfil demográfico dos moradores das ocupações por moradia estudadas é relevante debruçar-se sobre a escolaridade dos entrevistados. No geral, observamos uma baixa escolaridade formal nas duas ocupações, com ensino fundamental completo ou incompleto para 64% dos casos na Ocupação Mauá e 70% na Caguassú Leste. O ensino médio completo é visto em 25% dos moradores da Ocupação Mauá e 30% na Caguassú Leste. Entretanto, essa última não teve nenhum entrevistado com ensino superior, enquanto na ocupação central 8% relataram essa escolaridade.

Gráfico 8 – Escolaridade completa



Fonte: elaboração própria.

* * *

Uma análise geral do conjunto de dados referente ao tema “trabalho e renda” permite observar que havia uma maior segurança financeira na ocupação do centro do que na da periferia. Essa segurança se deve tanto a uma renda média familiar maior, com 58% das famílias com uma renda mensal de mais de um salário-mínimo, enquanto na Caguassú Leste 37% das famílias possuem renda superior a um salário-mínimo. Outro fator que assegura essa maior segurança refere-se ao número de integrantes familiares que possuem renda fixa mensal, sendo que no centro 58% possuem entre um e três integrantes da família com uma renda assegurada, enquanto na Caguassú Leste 63% das famílias não têm nenhuma pessoa com renda fixa. O nível maior de informalidade na ocupação periférica também é um fator a ser considerado como desestabilizador financeiro, sendo que, considerando todos os entrevistados, o índice de pessoas com CTPS assinada seria de 30,6% na ocupação central e 16,7% na periférica. Mesmo entre os trabalhadores formais que moram nas ocupações, o rendimento médio é inferior ao da população em geral que possui trabalho formal em São Paulo. De acordo com dados de 2015 do IBGE¹², o salário médio dos trabalhadores formais na cidade de São Paulo é de 4,4 salários mínimos, em 100% dos casos, nas duas ocupações, a renda individual dos trabalhadores com CTPS assinada é de até três salários-mínimos. Também é relevante perceber que na ocupação Caguassú Leste, na qual o benefício Bolsa-família compreende mais famílias em situação de vulnerabilidade financeira, podemos constatar que 55% das famílias que recebem o benefício podem ser consideradas em pobreza extrema¹³, ou seja, vivem com menos de US\$ 1,90 *per capita* ao dia. Esse dado foi obtido a partir da divisão entre renda familiar mensal e número de integrantes; também foram incluídos os casos nos quais a família afirmou não ter nenhuma renda.

A percepção dos moradores quanto à oferta de postos de trabalho está de acordo com o que os dados oficiais revelam dessas regiões. De acordo com pesquisa da Fundação SEADE¹⁴ de 2017, a Zona Centro (na qual está localizada a Ocupação Mauá) abarca 17,8% dos postos formais de trabalho na cidade de São Paulo, enquanto a Zona Leste II (na qual está localizada a Ocupação Caguassú Leste) possui apenas 5,1% dos postos de trabalho do município. Enquanto isso, a maioria dos trabalhadores formais está localizada nas bordas da cidade, nas Zonas Sul 2 (23,6%), Leste 2 (22,2%) e Norte 2 (13,9%). Isso indica que o local de disponibilidade dos postos de trabalho não condiz com o local de moradia na maioria dos trabalhadores.

Convém ainda destacar a relação entre a idade na qual os moradores das ocupações começaram a trabalhar e a média da sociedade em geral. De acordo com reportagem de O

¹² Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>>. Acesso em 25 mai. 2018.

¹³ Utilizou-se a definição do Banco Mundial para países de médio-alto desenvolvimento que define pobreza extrema como renda per capita de até US\$ 1,90 ao dia (Para o Brasil, R\$ 136 em 2017 de acordo com o IPCA). Disponível em <<http://www.valor.com.br/brasil/5446455/pobreza-extrema-aumenta-11-e-atinge-148-milhoes-de-pessoas>>. Acesso em 25 mai. 2018.

¹⁴ Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2017/01/MSP_Indicadores_25jan_2.pdf>. Acesso em 25 mai. 2018.

Globo¹⁵, de dezembro de 2016, 44,2% dos trabalhadores brasileiros começaram a trabalhar antes de 14 anos. A média nas duas ocupações estudadas é de 50% das pessoas começando a trabalhar antes de 14 anos de idade, o que indica que a população abordada na pesquisa está acima da média nacional. Destaca-se ainda que há uma diferença na média da população em geral de acordo com a idade, sendo de 29,2% no grupo entre 15 e 29 anos, 47,5% no grupo de 30 a 59 anos e de 67,7% nas pessoas acima de 60 anos, fazendo com que a média geral seja influenciada por esse último grupo. Entretanto, nas pesquisas realizadas neste trabalho não houve nenhuma pessoa com mais de 60 anos na Ocupação Caguassú Leste e apenas duas na Ocupação Mauá, mostrando que o índice pode ser ainda mais significativo nas ocupações estudadas em comparação com a população geral, considerando a idade.

NOTAS FINAIS

Este artigo teve como objetivo apresentar a questão das ocupações por moradia em São Paulo contextualizando inicialmente a história desse processo no município que data da década de 1980 com mobilizações mais organizadas e centradas em movimentos de moradia que unificaram demandas populares do período e conseguiram realizar ações envolvendo milhares de famílias. A partir do final da década de 1980 e durante a década de 1990 foi possível verificar a consolidação dos movimentos e fortalecimento das ações, tanto nas periferias de São Paulo, como também na região central que se trata de um espaço de disputas mais acirradas devido a maior renda diferencial. Já em 2000 tem início alguns processos de fragmentação dos movimentos relacionados com as estratégias de lutas adotadas para alcançar os objetivos propostos com eles, como a moradia permanente e digna para as famílias participantes dos movimentos e moradoras das ocupações.

A partir disso, voltamo-nos para os movimentos MSTC e MMLJ, que respectivamente coordenam as ocupações Caguassú Leste e Mauá, ambos alinhados à estratégia de luta da FLM que consiste em ocupar para morar. Verificamos, portanto, o perfil majoritário das famílias que moram nesses locais, tratando-se de um público majoritariamente feminino em ambas as ocupações, de baixa renda e com condições de trabalho incertas, o que faz com que a renda familiar mensal seja instável.

Os dados apresentados permite verificar que apesar de moradores com uma escolaridade semelhante, as famílias que habitam o centro têm uma melhor condição financeira, com uma renda mais elevada quando comparada com a da população que habita a periferia e um número maior de integrantes por família que possuem renda fixa, um aspecto determinante para que haja maior estabilidade e segurança financeira. Concluímos, portanto, que apesar do perfil socioeconômico e a marginalização dos moradores de ocupações por moradia, o centro proporciona mais oportunidades para que as famílias estruturarem-se e tenham condições de manter uma maior estabilidade financeira, que se reflete em melhores condições de vida desses moradores.

¹⁵Disponível em <<https://oglobo.globo.com/economia/no-brasil-44-comecam-trabalhar-antes-dos-14-anos-20582545>>. Acesso em 25 mai. 2018.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Ângela de Arruda Camargo. *Habitação na cidade de São Paulo*, 4. 2ª edição revisada. São Paulo, Pólis / PUC-SP, 2002. 120p.
- BARBOSA, Benedito Roberto. *Protagonismo dos movimentos de moradia no centro de São Paulo: trajetórias, lutas e influências nas políticas habitacionais*. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território), Universidade Federal do ABC, Santo André.
- BONDUKI, Nabil. Crise da habitação e luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARIK, Lúcio (Org.). *As Lutas Sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. cap. 4.
- _____. ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia Terezinha Menon (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2. ed. São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1982. cap. 5.
- BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. 3. ed. Autonomia Literária, 2015.
- BRACONI, Julio Cesar. *A disputa pela moradia na região central de São Paulo: uma análise das ocupações Prestes Maia, Mauá e Cambridge*. 2017. 160f. Dissertação (Mestrado em Ciências), Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil 2015*. Belo Horizonte, 2018, 79p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 23 jun. 2017.
- KOWARICK, Lúcio.; BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARIK, Lúcio (Org.). *As Lutas Sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. cap. 5.
- MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MIAGUSKO, Edson. *Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche*. 2008. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- NEUHOLD, Roberta. *Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo*. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2001.